

AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONEXÕES QUE TRANSFORMAM A APRENDIZAGEM

AFFECTIVE RELATIONSHIPS AND SCHOOL INCLUSION: BUILDING MEANINGFUL LEARNING

Andréa Cristina de Sá da Silveira

Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro de Educação a Distância, da Universidade do Estado de Santa Catarina.
E-mail: deia.de.sa40@gmail.com

Graziela Raupp

Doutora em Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7249023257636408>
E-mail: raupp.graziela@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga a relação entre afetividade e cognição, enfatizando a influência dos vínculos entre educadores e estudantes no desenvolvimento da aprendizagem e na inclusão escolar. Com base na teoria de Henri Wallon, a pesquisa analisa as dimensões afetiva e cognitiva no processo educacional inclusivo, focando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A metodologia envolve análise teórica fundamentada em autores que discutem as contribuições de Wallon para a educação. Os achados indicam que a afetividade desempenha papel crucial na inclusão e no sucesso escolar, favorecendo o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes. Relações afetivas positivas no ambiente escolar, familiar e social fortalecem a aprendizagem, enquanto vínculos frágeis podem afetar negativamente o desempenho acadêmico. O estudo conclui que considerar a dimensão afetiva é fundamental para garantir uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Relações afetivas. Inclusão escolar. Processo de ensino-aprendizagem.

Abstract: This article investigates the relationship between affectivity and cognition, emphasizing the influence of the bonds between educators and students on learning development and school inclusion. Based on Henri Wallon's theory, the research examines the affective and cognitive dimensions in the inclusive educational process, focusing on the early years of elementary education. The methodology involves theoretical analysis grounded in authors who discuss Wallon's contributions to education. The findings indicate that affectivity plays a crucial role in inclusion and academic success, fostering students' cognitive and emotional development. Positive affective relationships in school, family and social environments strengthen learning, whereas weak bonds may negatively affect academic performance. The study concludes that considering the affective dimension is fundamental to ensuring quality inclusive education.

Keywords: Affective relationships. School Inclusion. Teaching-learning process.

Introdução

Na contemporaneidade, o desenvolvimento de leis, políticas educacionais e ações afirmativas promovidas pelo Estado como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 e a Declaração de Incheon de 2015 ampliou o acesso à educação para estudantes pertencentes às principais minorias sociais, tanto em instituições públicas quanto privadas em todo o país. Contudo, percebeu-se que o simples acesso à educação não era suficiente para garantir uma inclusão de qualidade. Isso impulsionou a busca por metodologias e estratégias que não apenas garantissem a permanência desses estudantes, mas também assegurassem seu aprendizado e o respeito ao direito à diferença.

Os educadores nesse contexto, passaram a exercer um papel importante na formação integral desses sujeitos. A formação integral deve abranger todas as dimensões do indivíduo: afetivas, cognitivas, físicas e espirituais. Este trabalho, no entanto, foca na dimensão afetiva, com o objetivo de responder à pergunta: De que forma as relações afetivas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e inclusão escolar?

Yves de La Taille *et al.* (2010), consideram que teóricos como Piaget, Vygotsky e Henri Wallon analisaram sob diferentes óticas o desenvolvimento humano e as possíveis influências emocionais, sociais e culturais. Entretanto, segundo Almeida e Mahoney (2007), foi Wallon que, ao fundamentar sua teoria de desenvolvimento na integração afetiva-cognitiva-motora e na integração homem-meio, possibilitou um novo olhar sobre o papel da afetividade na vida psíquica como se manifesta e na aquisição do conhecimento.

Compreender a relação intrínseca entre afetividade e cognição e a importância das relações afetivas no processo de ensino aprendizagem é crucial para abordar a inclusão escolar.

Dessa forma, buscou-se ampliar o entendimento da importância da qualidade das relações estabelecidas nos contextos educacionais, familiares e sociais, no qual o educando está inserido, por considerarmos que essa qualidade afeta não só o seu processo de ensino e aprendizagem, mas deixa marcas profundas em sua existência.

Quando falamos de afetividade, nos referimos a tudo que afeta o ser humano, positiva ou negativamente, e como reagimos a essas influências. Podemos ser afetados por fatores internos como lembranças, atenção, sono e fome e por fatores externos como o choro, o toque, o contato visual de outra pessoa. Nesse sentido, a “Afetividade - Refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo ou interno por meio de sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis[...]” (Almeida e Mahoney, 2007, p. 17)”.

Deste modo, é fundamental que o educador busque conhecer o estudante em sua totalidade, incluindo suas necessidades afetivas. Essa compreensão permite desenvolver metodologias individualizadas e flexíveis, atendendo às especificidades e complexidades de cada estudante.

Além de atuar como mediador no processo de ensino-aprendizagem, o professor desempenha um papel essencial ao estreitar laços afetivos com os estudantes. Essa aproximação contribui para a construção de um ambiente educacional mais harmonioso e produtivo, favorecendo não apenas a aprendizagem, mas também a inclusão escolar, ao valorizar as singularidades de cada educando e promover relações baseadas em respeito e empatia.

A escola hoje, além de um ambiente de sistematização de conteúdo, é chamada a trabalhar com elementos que promovam a formação e o desenvolvimento do ser humano em toda a sua plenitude. Torna-se necessário um novo olhar para a construção de uma educação inclusiva de qualidade, embasada na afetividade, que vise proporcionar aos estudantes o autoconhecimento, a autorregulação, autonomia e a elevação da autoestima, fatores esses, primordiais nesse processo.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017, p.14), ao referir-se sobre o compromisso com a educação integral manifesta que,

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e o desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com

visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Desse modo, houve a necessidade de refletir sobre as relações estabelecidas nos contextos educacionais, familiares e sociais onde o estudante está inserido, por considerar que a qualidade dessas relações influencia não só a sua trajetória escolar, mas causam marcas em sua existência.

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância das relações afetivas no processo de ensino e aprendizagem como fator de inclusão escolar com foco nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e abrangendo estudantes de 6 a 11 anos, através da literatura sobre o tema, elencada a partir de Wallon. Para alcançar essa meta, foram estabelecidos alguns objetivos específicos: explorar a relação intrínseca entre afetividade e cognição no contexto educacional; investigar a importância das relações afetivas entre educadores e educandos no ambiente escolar; refletir sobre a contribuição da afetividade para implementação de práticas pedagógicas inclusivas; analisar como as relações afetivas positivas nos contextos escolar, família e social contribuem para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Para isso, buscou-se uma melhor compreensão acerca da afetividade e aprendizagem, por considerar esse entendimento necessário não só aos educadores, mas por todos os atores envolvidos no processo educacional inclusivo.

Partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores sobre afetividade e educação como: Almeida e Mahoney (2007,2012); Saltini (2002); Izabel Galvão (2014), Daniela Barros Mendes (2017), tendo por finalidade verificar o que é preconizado na grande maioria das instituições de ensino sobre afetividade e aprendizagem, desenvolvimento infantil, psicologia da educação, filosofia da educação, entre outros.

Com esse objetivo, o embasamento teórico da pesquisa foi realizado majoritariamente nas contribuições de Wallon considerando que, a afetividade ocupa posição relevante em sua teoria. Sendo que, para isso foram utilizadas as obras de pesquisadores no âmbito educacional que discutem e defendem sua teoria, tais como: Izabel Galvão (2014), Laurinda Ramalho de Almeida e Abigail Alvarenga Mahoney (2007; 2012), Daniela Barros Mendes (2017), entre outros pensadores que elaboraram trabalhos pertinentes ao assunto.

A fim de alcançar o objetivo proposto dividiu-se o artigo da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Fundamentação Teórica; 3. metodologia; 4. resultados e discussões; 5. Considerações finais. Por fim, no desenvolvimento deste artigo utilizou-se o método dedutivo com pesquisa bibliográfica.

A Influência da Afetividade e dos Contextos de Convivência no Desenvolvimento e Aprendizagem do Educando

A família, a escola e a comunidade formam um tripé indispensável para a formação integral do indivíduo e para o desenvolvimento de uma educação inclusiva de qualidade. A família, independentemente de sua estrutura, é a primeira instituição social que a criança conhece. Assim, o ambiente familiar deve servir como espaço de referência, proteção e educação informal.

Para Szymanski (2004, p. 03),

É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e com eles aprende o modo humano de existir. Seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. Isto se dá na e pela troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui o primeiro referencial para a sua construção identitária.

De acordo com Klinjey (2017), até os anos 1960, predominava o modelo de família tradicional, patriarcal e com pouco espaço para a voz feminina, além de um diálogo restrito entre pais e filhos. Com o tempo, fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a revolução tecnológica e as transformações econômicas e sociais reformularam esse padrão. Essas mudanças são reflexo da evolução natural das sociedades humanas, ainda que qualquer mudança traga incertezas, dado o enraizamento do modelo familiar tradicional.

Segundo Klinjey (2017, p. 148),

Ao longo das duas últimas décadas, vários pesquisadores debruçaram-se para tentar entender o impacto das mudanças nas estruturas familiares e sua repercussão sobre o bem-estar dos filhos. Os resultados dessas pesquisas acumularam um conjunto de evidências de que as crianças criadas em diferentes contextos familiares apresentam diferentes respostas em uma ampla gama de domínios de desenvolvimento psicoemocional.

Neste contexto, é essencial que a escola reconheça a diversidade das famílias, entendendo que cada uma delas carrega valores, crenças, linguagens, gêneros, graus de escolaridade e culturas distintas.

Conforme registra Klinjey (2017, p. 158),

Nas duas últimas décadas, houve um significativo aumento do número de famílias que resultam das profundas mudanças sociais e demográficas. As configurações familiares são variadas: as monoparentais, (na qual só há a mãe ou o pai, em como outro cuidador, como avós); as famílias prematuras, formada sem planejamento e sem estrutura financeira, comuns em casos de gravidez na pré-adolescência e adolescência; famílias com filhos adotivos, e, também famílias de pais do mesmo sexo.

A qualidade da relação entre escola e família é determinante para o sucesso do estudante no processo de ensino-aprendizagem e na inclusão escolar. Em contrapartida, quando essa relação carece de diálogo, equilíbrio e respeito, aumenta o risco de fracasso e exclusão.

Dessa forma, Santana e Coutinho (2023, p.517), descrevem sobre o potencial da participação da família neste processo, no qual discorrem que,

É de grande impacto de maneira positiva e participativa a estrutura familiar na permanência de seus filhos na escola, ressaltando que evita ou intensifica a evasão e a repetência escolar, assim como a inclusão. A escola tem o poder de intervenção em alguns parâmetros como a frequência escolar obrigatória, mas para se alcançar o sucesso na inclusão como aprendizagem, é necessário que ações sejam implementadas de modo a promover a participação eficaz familiar junto ao processo de ensino e aprendizagem.

Atualmente, é comum que crianças e adolescentes passam grande parte do dia em instituições de ensino, às vezes por mais tempo do que com suas famílias. Isso ressalta a importância da escola auxiliar no cuidado da saúde emocional dos estudantes, embora jamais substitua o papel fundamental da família.

[...] as crianças com preparo emocional são mais maleáveis. Elas não deixam de ficar tristes, irritadas ou assustadas em circunstâncias difíceis, mas têm mais capacidade de se acalmar, sair da angústia e procurar atividades produtivas. Em outras palavras, são mais inteligentes emocionalmente (Gottman, 1997, p. 25).

A primeira infância, em particular, é o momento para o aprendizado em família de valores

éticos, morais, afetivos, culturais, sociais e espirituais, que contribuem para a formação da personalidade e caráter da criança, preparando-a para a vida em sociedade.

Segundo Koloustian (2000) *apud* Menezes (2023, p. 25),

É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Gottman (1997, p. 17) corrobora dizendo que,

[...]Neste contexto, embora os pais preparadores emocionais efetivamente imponham limites, a preocupação primordial já não é com o comportamento. Aceitação obediência e responsabilidade vêm do amor e da ligação que a criança sente com sua família. Assim, as interações emocionais entre os membros da família passam ser a base da transmissão de valores e da formação de pessoas corretas. A criança se comporta de acordo com padrões familiares porque seu coração lhe diz que o bom comportamento é o que se espera; que quem pertence ao clã tem que viver de acordo com determinados padrões.

Os pais ou responsáveis representam figuras essenciais na vida das crianças, especialmente na primeira e segunda infância. Além da educação formal, as famílias procuram na escola um ambiente seguro e acolhedor, que valoriza uma educação inclusiva e colaborativa. Muitas escolas têm respondido a essa demanda, buscando fomentar um espaço de integração e participação familiar, compreendendo que uma relação próxima entre família e escola favorece o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Nascimento (2021, p. 16-17) *et al*,

A relação estabelecida entre família e escola não pode ser tratada unilateralmente, pois a escola possui corresponsabilidade. Dessa forma, é necessário destacar a importância de práticas de integração

da família na escola, os estudos de Colli e Luna (2019) abordam sobre a importância de a família ser acolhida pela comunidade escolar e respeitada em suas singularidades. Diante disso, a escola como espaço formal de conhecimento aplicado por meio de ferramentas pedagógicas, deve oferecer à família possibilidades de participação ativa.

A interação entre as instituições sociais – família, escola e comunidade – é imprescindível para promover o desenvolvimento das habilidades, competências e valores necessários para que o indivíduo se torne um cidadão íntegro, autônomo e crítico. A aquisição de valores éticos e morais permite ao indivíduo reconhecer seus deveres e responsabilidades enquanto parte de uma coletividade, levando-o a agir de maneira ativa e positiva para o bem comum.

A família, como primeira instituição social, é responsável por ensinar os valores éticos e morais que contribuem para a formação do caráter do indivíduo. A escola complementa esse papel, reafirmando esses valores para que o estudante possa viver em equilíbrio consigo mesmo, com sua família, com a escola e com a sociedade.

A Qualidade da Relação Educador-Educando

Considera-se que, sob uma perspectiva inclusiva, a escola deve valorizar a diversidade dos estudantes ao longo da sua vida escolar, reconhecendo-os como sujeitos de direito e colocando-os no centro de toda ação pedagógica. Assim, a escola deve promover a participação e o progresso de todos, transcendendo a mera sistematização de conteúdos para trabalhar elementos que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as dimensões: afetiva, física, cognitiva e espiritual.

A escola hoje é chamada a favorecer o desenvolvimento pleno dos educandos, e, nesse contexto, o papel do professor é central, atuando como mediador no processo de ensino aprendizagem e facilitador da inclusão escolar. Dessa forma, é essencial compreendermos como ocorre o desenvolvimento infantil e como a cognição está intrinsecamente ligada à afetividade e à motricidade. Isso implica enxergar cada estudante em sua singularidade e diversidade, como um ser único, real percebido em seu meio cultural.

De acordo com Mahoney *et al* (2012, p.12),

Para acompanhar a leitura feita por Wallon é preciso um esforço para escapar de um raciocínio dicotômico, que fragmenta a pessoa (ou motor ou afetivo; ou cognitivo), na direção de um raciocínio que apreenda a pessoa como se constituindo dessas dimensões em conjunto. Essas dimensões estão vinculadas entre si, e suas interações em constante movimento; a cada configuração resultante, temos uma totalidade responsável pelos comportamentos daquela pessoa, naquele momento, naquelas circunstâncias.

Quando a criança entra no ambiente escolar, ela traz consigo uma bagagem única de vivências e experiências que, na interação social tanto afetará quanto será afetada pelo outro. É nessa interação que se estabelece a relação educador e educando, e a qualidade dessa convivência exerce um papel decisivo na aprendizagem. A afetividade está ligada à cognição, em outras palavras, a relação educador-educando é primordial para o sucesso ou fracasso no processo de ensino e aprendizagem, influenciando na inclusão ou exclusão escolar do indivíduo.

Menezes (2023, p. 29) considera que,

O educador que compreende o sujeito como um ser que sente e pensa, intelectual e afetivo, conjuntamente, reconhece a afetividade como parte integradora do processo de construção do conhecimento, o que provoca um novo olhar sobre a prática pedagógica, não delimitando o processo de ensino aprendizagem[...].

A transição da Educação Infantil, que prioriza o lúdico e o brincar, para o ensino Fundamental, focado na escolarização e no início da alfabetização, marca um esforço intelectual e emocional significativo para o educando. Essa transição representa um momento desafiador tanto para o estudante quanto para o professor, exigindo um olhar mais sensível e acolhedor por parte de todos os envolvidos no processo educacional.

De acordo com Silva *et al.* (2024, p. 7),

Para possibilitar que essa transição ocorra, a Escola, as/os professoras/res e toda a comunidade escolar devem estar atentos ao modo como as crianças transitam— ou não, entre uma etapa e outra, promovendo atividades em espaços comuns, permitindo que as crianças, sobretudo as mais pequenas, possam superar seus medos, inseguranças e anseios, para que ao chegarem no 1º Ano do Ensino Fundamental, possam vivenciar esse processo de mudança de forma menos abrupta.

Nesse sentido, as expectativas e comparações, criadas por educadores ou familiares sobre o aprendizado dos estudantes podem influenciar positiva ou negativamente seu desenvolvimento intelectual, rendimento escolar e comportamentos. No contexto dessas expectativas e comparações, compreende-se a complexidade da educação, na qual o ato educativo deve buscar não só o desenvolvimento cognitivo, mas também o bem-estar e a felicidade do educando.

As ações atitudinais dos profissionais da educação, em especial do professor, assumem relevante importância para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem, consequentemente para o processo de Inclusão, o qual requer o envolvimento de todo o corpo escolar em comunhão com a família e a comunidade, assim garantindo mesmo em meio aos inúmeros desafios que este processo propõe o direito de aprender (Oliveira, 2021, p. 49).

Ademais, entende-se que afetividade, cognição e motricidade são elementos indissociáveis do ser humano. Para desenvolver o cognitivo, é fundamental integrar o afetivo. Quando se compreende o ser humano na totalidade, se reconhece uma relação intrínseca entre afetividade, motricidade e cognição.

Tendo por objeto a psicogênese da pessoa concreta, a teoria Walloniana, se utilizada como instrumento para a reflexão pedagógica, suscita uma prática que atenda às necessidades da criança nos planos afetivo, cognitivo e motor e que promova o seu desenvolvimento em todos os níveis (Galvão, 2014, p. 97).

A qualidade afetiva no processo de ensino aprendizagem leva-nos a compreensão de que o ato de educar é uma atitude de convivência, já que os atores envolvidos nesse processo estão vinculados em emoções, gestos, interesses, pensamentos e sentimentos, construindo assim laços de afetividade.

No entanto, Saltini (2002, p. 70) salienta que,

O professor (educador) obviamente precisa conhecer a criança. Mas deve conhecê-la não apenas na sua estrutura biofisiológica e psicossocial, mas, também, na sua interioridade afetiva, na sua necessidade de criatura que chora, ri, dorme, sofre e busca constantemente compreender o mundo que a cerca, bem como o que ela faz ali na escola.

Malvão (2006) *apud* Menezes (2023, p. 29) corrobora enfatizando a importância do educador na inclusão escolar.

É na pessoa do educador que se encontra o verdadeiro sentido da inclusão, não só do ponto de vista social, mas especialmente educacional. Cabe aos educadores uma mudança de postura, além da redefinição de seu papel diante da diversidade que encontra no âmbito escolar.

Nesse sentido, a relação entre educador e educando facilita tanto o processo de ensino-aprendizagem quanto a inclusão escolar. Por meio de uma convivência baseada em respeito, confiança e afeto, os estudantes sentem-se mais motivados a frequentar e a permanecer nos espaços educativos.

Inclusão Escolar

Na atualidade, a inclusão escolar é amplamente debatida pela sociedade e pelo Estado, levando à criação de leis que incentivam um novo olhar para as singularidades humanas. Embora o direito à educação e à educação em direitos humanos esteja formalmente assegurado em

documentos nacionais e internacionais, a sua defesa plena ainda enfrenta grandes obstáculos, em grande parte devido à imensa desigualdade social do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo.

O descumprimento histórico desses direitos gerou um sistema educacional elitista, pautado em modelos excludentes e rígidos, que dificultam o acesso igualitário à educação para todas as camadas sociais.

Aprimorar as condições da escola, para a construção de uma escola inclusiva, requer uma transformação que vai desde seu currículo perpassando pela formação do professor até a estrutura física, fortalecendo a permanência e o desenvolvimento dos alunos, de maneira que a ideia de homogeneização e uniformidade não configure a prática educacional, mas, construa uma escola democrática, plural e genuinamente inclusiva, através de estratégias didático-metodológicas que levem em consideração a diversidade e as características múltiplas dos alunos (Oliveira, 2021, p. 45).

Esse contexto é reforçado pelo Parecer CNE/CP nº 8/2012 (Brasil, 2012), que menciona as violações de direitos devido à exclusão social, econômica, política e cultural, além das múltiplas formas de violência. Atualmente, políticas educacionais e leis, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (Brasil, 2015) e a Declaração de Incheon de 2015 (UNESCO, 2015), têm buscado corrigir essas distorções, ampliando o acesso à educação para minorias políticas, como negros, mulheres, imigrantes, pessoas LGBT+, indígenas, pessoas com deficiência e as classes populares antes excluídas da educação básica.

Segundo Gotti (1998) *apud* Oliveira, 2021, p. 45),

a inclusão escolar não tem, somente, a finalidade de incluir os educandos com problemas físicos, mentais ou com características de superdotação, mas precisa incluir, também, o aluno “normal”, que é privado de estar em um ambiente escolar, que não tem acesso às escolas por uma cadeia de questões sociais, econômicas e cultural.

Incluir significa, portanto, construir uma escola para todos: estudantes com ou sem deficiência, de todas as raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, níveis socioeconômicos, religiões e culturas, sem qualquer distinção. O objetivo da inclusão escolar não se limita ao acesso, mas também à garantia de permanência, à igualdade e equidade de oportunidades, bem como ao respeito às diversidades, promovendo um ambiente de aprendizado acessível a todos.

A reflexão sobre a inclusão escolar vem ganhando maior destaque e ênfase nos últimos anos. O conceito de inclusão é discutido com maior enfoque, sob uma nova perspectiva, a qual busca validar a importância do ser em desenvolvimento independentemente de suas particularidades múltiplas (Oliveira, 2021, p. 43.).

A inclusão escolar vai além dos estudantes com deficiência, abrangendo todos, independentemente de suas características. Garantir uma educação inclusiva exige transformar a escola homogênea em um espaço de diversidade e pluralidade. Embora leis enfatizem a inclusão, ainda focam majoritariamente nas pessoas com deficiência. Contudo, a verdadeira inclusão respeita e valoriza cada sujeito em sua singularidade.

O termo inclusão significa que todas as crianças devem ser colocadas na vida social e educacional da escola, sem terem sido excluídas antes pelo sistema educacional. Significa fazer algo para que elas permaneçam na escola. Incluir requer considerar peculiaridades, requer cruzamento de culturas,

requer olhar a singularidade de cada um dentro da pluralidade, requer olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos e valores de cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento. (Mattos, 2008, p. 52).

Para Mantoan (2015, p. 24),

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças.

No Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2014), existem metas para “a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade” (Brasil, 2014). A Meta 4 trata da universalização do acesso à educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Já a Meta 8 visa a elevação da escolaridade da população do campo, indígena e quilombola, além da redução das desigualdades educacionais para esses grupos e para segmentos historicamente excluídos.

Tanto a Meta 4 quanto a Meta 8 são essenciais para a promoção da equidade educacional no Brasil. A primeira foca na inclusão de pessoas com deficiência, enquanto a segunda busca reduzir as desigualdades para grupos historicamente marginalizados.

As escolas precisam estar abertas às mudanças para atender às novas demandas dos estudantes, assegurando que o direito à educação vá além do acesso, exigindo metodologias e estratégias de ensino que respeitem as especificidades de cada estudante. Para isso, é essencial a formação continuada dos educadores, o envolvimento de toda a comunidade escolar e a participação ativa da sociedade.

O mundo convive com modificações diárias. Essas modificações impulsionam alterações nas instituições sociais, como a escola. Novos paradigmas surgem, tendo em vista a inclusão escolar. Assim, a escola necessita trabalhar as diferenças, para que enriqueçam o aprendizado de todos, deficientes ou não (Mattos, 2008, p. 51).

Ademais, a formação continuada é essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas pois incentiva a reflexão e a adoção de novas metodologias. Entre essas práticas destacam-se o uso de estratégias de ensino que contemplem diferentes estilos de aprendizagem, a incorporação de tecnologias assistivas para atender às necessidades dos educandos com deficiência e a promoção da troca de experiências entre os profissionais. Esse processo permite acompanhar as transformações na educação e a desenvolver habilidades que respondam às demandas de um ensino inclusivo de qualidade.

Dentre as variantes necessárias ao novo modelo de educação é preciso mencionar a urgência em qualificar os educadores ofertando aperfeiçoamento e assessoramento no que tange as novas didáticas para um público que carece não só de acompanhamento, mas de metodologias inovadoras que propiciem uma melhor compreensão do mundo que lhes rodeia (Oliveira, 2021, p. 44).

Assim, a inclusão escolar deve estar presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo das escolas, ocupando um lugar central na promoção dos direitos humanos. Inovações educacionais geram mudanças, e o modelo de uma escola mais inclusiva e democrática pode desafiar as estruturas tradicionais, encontrando resistências por parte de alguns gestores, educadores, pais e

segmentos conservadores da sociedade. Embora essa resistência seja inicialmente compreensível, na contemporaneidade torna-se inaceitável manter um modelo educacional rígido e excludente.

Ao reunir pessoas de diferentes origens socioeconômicas, culturais, religiosas e com características individuais diversas, a escola e seus professores têm de planejar atividades favorecedoras da socialização, pensando-a como “processo de adaptação de um indivíduo a um grupo social e, em particular, de uma criança à vida em grupo” (Mantoan e Prieto, 2006, p.61).

Uma escola para todos exige profissionais inovadores, éticos, dotados de saberes (o saber fazer e o saber ser), atributos fundamentais para que durante sua prática proporcione a formação de cidadãos críticos, capazes de perceber seus direitos e deveres, as necessidades de sua comunidade e de seu entorno, através de desafios lançados em sala de aula.

Além disso, ao pensar sobre a formação, reflito com Menezes (2023, p.31) ao discorrer que,

A formação deve ser um processo diário e contínuo durante toda a vida e em todas as profissões. Na educação, não se faz diferente, o professor tem que estar aberto a novas experiências e novos saberes a fim de consolidar sua trajetória. A aquisição de conhecimento é permanente e ocorre em lugares distintos e das mais variadas formas.

Cada pessoa é diferente e isso revela a singularidade de cada ser, devemos acolher e celebrar nossas diferenças, ao invés de combatê-las.

A visão real de si e do outro só poderá acontecer quando pararmos de olhar as pessoas através de nossas lentes, cheia de preconceitos, e compreendermos que para evoluirmos, enquanto sociedade e humanidade, precisamos aceitar o outro na sua totalidade.

[...]Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar as diferenças pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, com espírito solidário e participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas salas, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos têm a possibilidade de aprender frequentando a mesma e única turma (Mantoan, 2015, p. 66-67).

Para que as diferenças ocupem lugares no contexto escolar e na produção do conhecimento, não bastam somente mudanças nas políticas educacionais e curriculares. É necessário que as instituições escolares estejam abertas a mudanças, rompendo com o modelo tradicional que contribui até hoje para o acesso desigual à educação, por partes das diferentes camadas da população, fomentando a construção de instituições escolares elitistas, tecnicistas, pautada em modelo de educação tradicional e engessado.

Para Mantoan (2015, p. 15-16),

Precisamos ressignificar o papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. São as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas!

Para que a inclusão escolar seja efetiva, é indispensável um trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo educacional, como diretores, coordenadores pedagógicos, professores da sala regular e especialistas em educação inclusiva e a família. Essa parceria é essencial, pois a educação inclusiva não deve depender apenas de um profissional ou especialista, mas ser fruto

do esforço conjunto de toda a equipe, garantindo um processo verdadeiramente integrado e significativo.

Segundo Menezes (2023, p. 290),

A inclusão não pode ser pensada como um trabalho individual e concluído, mas sim como um processo contínuo, cooperativo e interativo em que há partilha de experiências, transformando nossas escolas em ambientes agradáveis e privilegiados para aprender sobre diversidade e efetivar o processo de inclusão.

Ademais, a construção de uma escola inclusiva de qualidade requer uma transformação profunda, tanto ética quanto cultural, de todos os membros da comunidade escolar. Para isso, é imprescindível que cada indivíduo se torne um agente ativo nesse processo, enfrentando os desafios da inclusão escolar com sensibilidade, compromisso e a determinação necessária para promover uma educação que respeite e valorize a diversidade e o direito à diferença.

Caminho Percorrido

Foi utilizado para este artigo uma abordagem qualitativa e exploratória, pois de acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 269),

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

A técnica de pesquisa adotada foi a bibliográfica,

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, *internet*, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Dessa forma, os critérios de seleção das fontes foram pautados na relevância científica e na atualidade dos estudos, priorizando publicações revisadas por pares e documentos oficiais que abordam a inclusão escolar, as relações familiares e o desenvolvimento infantil. Foram utilizadas obras acadêmicas e artigos relevantes, sendo que os artigos foram consultados nas bases de dados acadêmicas, como Scielo, CAPES e Google Acadêmico, a fim de garantir a confiabilidade das informações analisadas. Além disso, as obras foram selecionadas considerando sua contribuição para o aprofundamento da discussão sobre a afetividade, inteligência emocional e equidade no contexto educacional.

Além disso, foram utilizadas obras de autores que abordam inteligência emocional, afetividade e inteligência, inclusão escolar e relações familiares, como Gottman (1997), Claudio J. P. Saltini (2002), Mantoan e Prieto (2006), Mantoan (2015), Klinjey (2017) e Menezes (2023), entre outros trabalhos pertinentes ao tema. A escolha desses referenciais fundamentou-se na relevância de suas pesquisas para a compreensão da importância das interações afetivas no aprendizado e na inclusão escolar.

Resultados e Discussões

Os dados coletados a partir das 11 obras que tratam de temas como afetividade e aprendizagem, afetividade e inteligência, inclusão escolar e afetividade, inteligência emocional, desenvolvimento infantil, psicologia da educação, filosofia da educação e relações familiares, de autores já mencionados, foram organizados e apresentados no quadro a seguir. As obras estão dispostas em ordem cronológica crescente, de 1995 a 2023, incluindo o nome dos autores, os títulos e uma breve apresentação de cada uma.

Além dessas obras, foram utilizados seis artigos acadêmicos que abordam as mesmas temáticas. Esses artigos foram selecionados a partir de pesquisas realizadas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, CAPES e Google Acadêmico, garantindo a confiabilidade e a relevância das informações analisadas.

Quadro 1. Obras, Autores e Apresentação das Obras

Autor	Título	Descrição
Izabel Galvão (1995)	Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil	Esta obra relata que, mais de três décadas após o falecimento de Henri Wallon, sua psicologia desperta crescente interesse no campo da educação. Este “resgate teórico” é relevante e pode trazer contribuições significativas para a área.
John Gottman (1997)	Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos	Esta obra aborda de forma clara e objetiva os desafios da paternidade e a mudança da infância nas últimas décadas. Apresenta estratégias para ajudar os pais a ensinar habilidades* emocionais e sociais básicas, promovendo uma educação mais consciente e inteligente.
Claudio J.P. Saltini (2002)	Afetividade e Inteligência: A emoção na educação	Esta obra, com uma abordagem clara, profunda e inspiradora, entrelaça afetividade e racionalidade, defendendo uma educação comprometida com a formação de pessoas livres, íntegras, críticas, autônomas, criativas, responsáveis e afetuosas. O livro promove uma visão de vida guiada pelos princípios de igualdade, justiça, reciprocidade e cooperação, com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais justo e melhor.
Mantoan e Prieto (2006)	Inclusão escolar: Pontos e contrapontos	Nos debates sobre inclusão, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino. O livro discute medidas adotadas por algumas escolas para promover mudanças e valorizar as diferenças, sem discriminar ou segregar.

Almeida e Mahoney (2007)	Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon	Este livro é uma coletânea que reflete parte do percurso de um grupo de estudos e pesquisas dedicado, desde a década de 1990, a explorar as contribuições de Henri Wallon. A teoria do desenvolvimento humano deste autor proporciona uma compreensão mais profunda sobre o papel da afetividade na vida psíquica e no processo de ensino e aprendizagem, destacando a relação entre o indivíduo e o meio social.
La Taille, Yves De <i>et al.</i> (2010)	Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão	Jean Piaget, Lev S. Vygotsky e Henri Wallon são os principais teóricos da educação e psicologia. Neste livro, Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira e Heloysa Dantas exploram suas ideias. De La Taille analisa a teoria construtivista de Piaget, destacando a importância da afetividade na educação e conceitos como autonomia e colaboração. Kohl de Oliveira foca em Vygotsky, abordando temas como linguagem, metacognição e as relações entre afetividade e cognição. Heloysa Dantas, por sua vez, explora o pensamento de Wallon, destacando o papel da emoção e da afetividade no desenvolvimento humano e na educação. A obra é essencial para os estudos pedagógicos.
Almeida e Mahoney <i>et al.</i> (2012)	Henri Wallon: psicologia e educação	O livro organiza e apresenta as compreensões e descobertas relacionadas aos estágios de desenvolvimento humano, enfatizando suas interações dialéticas manifestadas em comportamentos, atividades, interesses e recursos vivenciados pela pessoa como um todo em cada fase de sua vida.
Mantoan (2015)	Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?	Maria Teresa Égler Mantoan aborda questões fundamentais sobre a inclusão escolar, defendendo uma abordagem inclusiva que promova a transformação da escola, garantindo que nenhum estudante seja excluído.
Rossandro Klinjey (2017)	Help! Me Eduque	A obra convida os leitores a refletirem sobre a importância de ensinar as crianças a lidar com suas emoções e melhorar as relações com os outros, incluindo as interações nas redes sociais. O autor enfatiza o ensino de habilidades emocionais e sociais essenciais.

Daniela Barros Mendes (2017)	Memórias afetivas a constituição do professor na perspectiva de Henri Wallon	Neste livro, a autora reflete sobre a formação docente, considerando o professor não apenas como profissional, mas como pessoa influenciada por suas relações. O foco é a atuação de educadores que trabalham com literatura infantojuvenil, analisada sob a perspectiva de Henri Wallon. A teoria Walloniana destaca a integração entre afetividade, cognição, motricidade e a integração homem-meio, compreendendo o indivíduo de forma integral.
Suze Almeida Oliveira Menezes (2023)	A relação entre afetividade e inclusão escolar	A afetividade é essencial para o desenvolvimento humano, influenciando a percepção de mundo e as interações sociais. O livro discute a importância do afeto para o desenvolvimento da autoestima e como ele impacta o processo de ensino e aprendizagem.

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da pesquisa, 2025.

A discussão dos dados fundamenta-se na teoria do desenvolvimento de Wallon e em estudos sobre inclusão escolar e relações familiares. A análise destaca a importância das interações afetivas nos contextos educacionais, familiares e sociais, evidenciando sua influência no ensino-aprendizagem. Segundo La Taille *et al.* (2010), Piaget, Vygotsky e Wallon abordam o desenvolvimento humano sob diferentes perspectivas, considerando os impactos emocionais, sociais e culturais. Para Almeida e Mahoney (2007), a teoria Walloniana enfatiza a integração entre afetividade, cognição e motricidade, além da interação entre o indivíduo e o meio, permitindo compreender a influência da afetividade no desenvolvimento psíquico e no aprendizado.

Mendes (2017) corrobora essa visão ao afirmar que, na psicogenética de Wallon, a dimensão afetiva é essencial para a formação do indivíduo. O conceito de “meio” também se destaca, sendo compreendido como um conjunto de circunstâncias que moldam o desenvolvimento humano. Galvão (2014) reforça essa perspectiva, ressaltando o papel do meio social no desenvolvimento infantil e na formação do “eu”, promovendo a integração dos domínios afetivo, cognitivo e motor. Segundo a autora, a classificação dos estágios de desenvolvimento humano proposta por Wallon fornece subsídios para compreender as necessidades das crianças em cada fase e sua relação com a aprendizagem.

A visão de Wallon contrasta com abordagens dicotômicas ao enfatizar que afetividade e cognição são indissociáveis na evolução psíquica. Para Piaget, o desenvolvimento intelectual é uma construção conjunta do indivíduo e da sociedade, enquanto Vygotsky destaca a mediação cultural e a interação entre pensamento e linguagem como fundamentais para o aprendizado. Almeida e Mahoney (2012) complementam essa visão ao afirmar que a educação deve considerar o estudante como um ser integral, unindo afetividade, cognição e motricidade.

Apesar dos avanços teóricos e das políticas inclusivas, ainda há desafios na efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Mantoan (2015) aponta que a inclusão escolar, muitas vezes, é reduzida à inserção de alunos com deficiência no ensino regular, desconsiderando a diversidade presente nas escolas. Essa visão limitada reforça a necessidade de um compromisso ético e metodológico que valorize a totalidade do educando. Mahoney *et al.* (2012) destacam a abordagem integradora de Wallon, contrapondo-se a visões fragmentadas que isolam os aspectos motor, afetivo e cognitivo.

Além disso, autores como Rossandro Klinjey (2017) e Suze Almeida Oliveira Menezes (2023) ressaltam que as relações afetivas no ambiente escolar afetam diretamente na autoestima e nas interações sociais dos estudantes. A criação de um ambiente que valorize as diferenças e promova

a colaboração entre escola, família e comunidade é essencial para o sucesso do processo educativo. Essas interações fortalecem os vínculos emocionais e cognitivos, garantindo uma educação inclusiva e significativa.

Por fim, a análise reafirma que a afetividade não é um elemento isolado, mas um fator interligado à cognição e ao ato motor. A teoria de Wallon sustenta a necessidade de uma educação que considere o estudante em sua totalidade, promovendo práticas pedagógicas integradas que respeitem e incentivem o desenvolvimento humano de forma ampla e equitativa.

Considerações Finais

Neste artigo, tivemos como propósito inicial responder à questão: de que forma as relações afetivas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e inclusão escolar?

A pesquisa revelou que as relações afetivas contribuem tanto para a aprendizagem, quanto para a inclusão escolar, demonstrando que, os vínculos afetivos construídos entre educadores e educandos são fundamentais para um ambiente de aprendizagem inclusivo e transformador. Em contrapartida, a fragilidade ou ausência dessas ligações emocionais, que por vezes, essas ausências e fragilidades partem das famílias, pode contribuir para o fracasso ou exclusão escolar.

Da mesma forma, o ambiente escolar, familiar ou social onde o educando está inserido e a qualidade das relações estabelecidas nesses contextos influenciam positiva ou negativamente, aspectos do seu desenvolvimento cognitivo, emocional, rendimento escolar e comportamentos.

Assim, práticas pedagógicas pautadas na afetividade favorecem não apenas a inclusão, mas também a construção de cidadãos críticos e autônomos, preparados para atuar como agentes transformadores na sociedade.

Além disso, foi evidenciado que a escola, enquanto espaço social, deve ser um ambiente que acolhe e respeita cada educando em sua singularidade, promovendo vivências significativas e positivas. Nesse processo, a colaboração entre escola, família e sociedade é indispensável. A família, como primeira instituição social, vivencia valores essenciais que influenciam diretamente a vida escolar. Já os educadores, como mediadores, têm a responsabilidade de ressignificar suas práticas para atender às necessidades emocionais e intelectuais de cada estudante.

Repensar a educação, valorizando a afetividade e a inclusão, é um caminho urgente e necessário. Através de uma educação afetuosa e humanizada será possível garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas potencialidades. O ato de educar, afinal, é um compromisso com a construção de laços eternos de convivência, respeito e aprendizado mútuo.

Referências

ALMEIDA Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga. **Afetividade e aprendizagem:** contribuições de Henri Wallon. 4 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ALMEIDA Laurinda Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga (orgs). **Henri Wallon:** psicologia e educação. 11 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 27 de nov. de 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. acesso em 27/02/2025.

GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil /Izabel Galvão. 23. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Educação e Conhecimento).

GOTTMAN, John & DECLAIRE, Joan. **Inteligência Emocional e a arte de educar nossos filhos**. 34. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HENRI WALLON: **psicologia e educação** / Abigail Alvarenga Mahoney, Laurinda Ramalho de Almeida (organizadoras). - 11 - ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KLINJEY, Rossandro **Help, me eduque** / Rossandro Klinje. – 1. ed. – São Paulo: Intelítera Editora, 2017.

LA TAILLE, Yves De et al. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. Recurso digital. São Paulo: Summus, 2010.

MARCONI; LAKATOS. **Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo - Atlas, 2007. Disponível em: <https://professormassena.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/texto-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos/ Maria Teresa Églér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos).

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? /Maria Teresa Églér Mantoan. - São Paulo: Summus, 2015. 96p.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Afetividade como Fator de Inclusão Escolar**. Disponível em: <https://www.periodi/cos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?q=Afetividade+como+fator+de+inclus%C3%A3o+escolar>, acesso em 12/11/2024.

MENEZES, Suze Almeida Oliveira. **A relação entre afetividade e inclusão escolar**: uma abordagem sobre a importância da afetividade na relação professor-aluno, no desenvolvimento e na aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais / Suze Almeida Oliveira Menezes. - São Paulo: Editora Dialética, 2023. 52p.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; PAIVA, Maria Raelle Fernandes; FROTA, Ricardo Costa; SOUSA, Mary Helen Aragão. A relação família e escola no processo educativo: uma revisão integrativa. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 1–24, 2021. DOI: 10.31423/Oikos. v32i2.11824. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0479/d110c7732e176e85e9cf48e12affa1a0cb.pdf> Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVEIRA, Paulo Roberto dos Santos. **A Afetividade e as Práticas Pedagógicas numa Perspectiva Inclusiva**. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/view/14574>. acesso em 12 nov. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SALTINI, Cláudio João Paulo. (Claudio João Paulo), 1935 - **Afetividade & inteligência. Vol. 1: a emoção na educação** / Claudio J. P. Saltini. 4. edição Rio de Janeiro: DP & A, 2002. 144p.;16cmx23cm.

SANTANA, Everaldo da Silva; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. A Inclusão Escolar e a Importância da Família na Escola. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10841>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Marcos Mendes da; RIBEIRO, Natiele Ferreira; CARVALHO, Raylanne Taínara Batista de; LIMA, Maria Julia de Melo; MARTINS, Leonardo José Freire Cabó; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. **As mudanças na organização do ambiente educativo na transição da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental.** Disponível em: <https://ojs-studiespublicacoes-com-br/ojs/index.php/cadped/article/view/5526>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas Educativas Familiares: A Família Como Foco De Atenção Psicoeducacional. **Rev. Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio/agosto 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/GsMP7wfNk5Xc9dsKGQwYCZK/?format=pdf&lang=pt> & Acesso em 26 dez. 2024.

Recebido em 10 de abril de 2025
Aceito em 13 de maio de 2025